

AUTO-ESTIMA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SELF-STEEM OF THE ARBITRATOR OF PROFESSIONAL SOCCER OF THE STATE OF SANTA CATARINA

Renildo Nunes^{*}
Viktor Shigunov^{**}

RESUMO

Esta pesquisa, de cunho descritivo, teve o objetivo de apresentar uma análise sobre a temática da auto-estima e percepção de competência para a função de árbitro de futebol profissional, acompanhada de uma avaliação empírica das mesmas categorias, nos quadros de árbitros e árbitros assistentes de futebol profissional do Estado de Santa Catarina. Os sujeitos analisados foram 26 (vinte e seis) árbitros que constavam da lista da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), os quais trabalharam durante o campeonato Brasileiro de 2001. Foi utilizado um questionário com perguntas fechadas que tratavam sobre a sua auto-estima. As respostas demonstraram que os árbitros e árbitros assistentes apresentam uma auto-estima elevada, apesar da pouca ou nenhuma formação psicológica no exercício desta atividade e até em cursos de arbitragem. Demonstrou-se que a auto-estima elevada é condição básica e imprescindível para atuar na arbitragem brasileira.

Palavras-chave: Futebol. Arbitragem. Auto-estima. Competência.

INTRODUÇÃO

O esporte de alto rendimento tem alcançado no Brasil, como no mundo inteiro, uma evolução muito grande em termos da melhoria das capacidades físicas e técnicas dos praticantes e, conseqüentemente, melhoria da capacidade psicossocial humana. Muitas instâncias vêm contribuindo para que se atinjam estas melhorias, em especial as ciências do esporte e o desenvolvimento tecnológico.

Neste binômio - ciência e tecnologia - estão os meios de comunicação, que se tornam um veículo inevitável na propagação destes esportes performáticos, espetacularizados, tornando-os uma das mercadorias mais valorizadas, mais bem-pagas no mundo.

Os interesses no esporte atualmente se dividem, destarte, nesta tensa relação entre a estética da imagem e a paixão pela competição de um lado, e do outro o comércio, a venda deste produto para um público cada vez maior.

Apesar de existirem enormes diferenças entre uma modalidade esportiva e outra, tanto na valorização comercial como no alcance de resultados expressivos, o fato é que os esportes competitivos reúnem as necessárias condições para sua comercialização, portanto, valorização pelo público e, conseqüentemente, também, pela mídia. Pelo menos entre nós, no Brasil, isto se expressa claramente pelo futebol.

Lima (1982, p. 1) afirma:

Não há competição desportiva oficial que dispense uma equipe de arbitragem. É ela que faz respeitar as regras do jogo, é ela que oficializa os resultados. Colocados acima dos competidores, os árbitros apresentam-se sozinhos perante todos os outros intervenientes do ato desportivo e são freqüentes alvos do fogo cruzado de críticas, denúncias, vexames e até agressões físicas que não dignificam a prática desportiva.

* Professor da Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina, do Centro de Educação Física, Desportos e Fisioterapia, CEFID.

** Professor Doutor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quando as pessoas vão assistir a um jogo de futebol, elas não imaginam o que é ser árbitro nem o que ele representa, os seus conhecimentos, as pressões e o clima que o cercam.

A intervenção do árbitro é vista e sentida, tornando-se alvo direto de protestos, correndo ele o risco de ser agredido pelos que o cercam no jogo, e sair de campo escoltado pela polícia. Tais situações ocorrem principalmente em virtude de problemas educacionais, sociais, econômicos e culturais vividos pelas pessoas ali presentes, além, é claro, da influência exercida pela mídia.

Na era da informática aplicada à televisão (*Replay*, câmera lenta, tira-teima, *slow motion*, entre outros recursos), quando as distâncias encurtam-se e o futebol é mostrado com detalhes, com ângulos dos lances, jogadas, repetições, os agentes da TV têm a seu dispor várias câmaras, portanto, vários "olhares eletrônicos" e múltiplas formas e ângulos para "ver" a mesma coisa que o árbitro, os jogadores e o público. Fica evidente que estes agentes são favorecidos em seu trabalho de "olhar" o jogo, o que deveria, então, implicar num auxílio a quem tem a responsabilidade de julgar e precisa olhar o jogo para conduzi-lo de acordo com as leis do jogo: o árbitro da partida. Nem sempre isto ocorre. Na maioria das vezes o "olhar eletrônico" e sua interpretação pelos agentes da televisão são usadas para questionar o árbitro quanto a sua lealdade às leis do jogo, insinuando com isto favorecimento a uma das equipes envolvidas na disputa. São estas situações, especialmente, que dificultam e tornam complexa a atuação do árbitro de futebol.

É importante lembrar que o árbitro tem somente uma fração de segundo para ver, interpretar, raciocinar, analisar e emitir o sinal da sua decisão, sem poder rever a ação, e se falhar em um destes pontos, o seu julgamento poderá ser impreciso.

Aqui cabem as observações feitas por Kunz (1996, p. 100), com base em Volkamer (1987), sobre o sentido das regras no esporte. Para entender melhor o funcionamento das regras num jogo é preciso diferenciá-las em três planos:

O primeiro plano tem a ver com as Regras codificadas, por intermédio das

quais é rigidamente determinado quando um ponto, um gol, uma marca é alcançada, ou quando a bola é considerada fora de quadra, etc. [...] O sentido destas regras codificadas, no entanto, deve ser precedido de um segundo plano, onde o sentido da regra vale para garantir a tensão, a dinamicidade, a igualdade de chances, a indeterminação dos resultados, ou seja, tudo aquilo que torna o esporte algo tão fascinante, tão empolgante. É por isto que o impedimento no futebol ou a condução no voleibol são proibidos. [...] Isto tudo porém, ganha mais sentido e fica mais compreensível, se num terceiro plano entender-se que na atividade esportiva os objetivos da ação se baseiam, na verdade, em atitudes inconseqüentes. É esta inconseqüência que constitui (deveria constituir) a essência do Esporte [...].

Ainda para Kunz (1996), este último plano não é mais verificável nos esportes ditos profissionais.

A mecânica de jogar está, em cada instante do jogo, vinculada a estes princípios básicos, cabendo ao árbitro a sua preservação. Toda vez que a ordem é quebrada compete a ele, somente a ele, restabelecê-la.

A atuação do árbitro como parte integrante do espetáculo esportivo excede (e aparentemente simples) a tarefa de fazer cumprir a regulamentação do esporte. Neste pensar Nazareno (1997, p. 12) observa que

A arbitragem é elemento fundamental para o bom desenvolvimento de qualquer modalidade esportiva. É elemento fundamental para que o atleta possa apresentar o melhor de sua performance. E, é elemento fundamental para que o público possa apreciar cada vez mais o esporte de sua preferência.

Refletindo sobre este conceito de arbitragem, vale lembrar que numa disputa esportiva estão também em jogo o profissional (jogador) e o amador (árbitro). O árbitro não tem vínculo empregatício de ordem esportiva, nesta função, portanto torna-se elemento fundamental para sua arbitragem que lhe sejam asseguradas pelos órgãos gestores do futebol (FIFA, CBF,

FCF) condições para que ele possa se preparar adequada e competentemente para exercer a sua função no jogo.

Dentro do contexto opressor em que se encontra a arbitragem no futebol brasileiro, apresenta-se como uma possibilidade resultante deste estudo, determinar uma preparação do árbitro com vistas a uma formação mais ampla, envolvendo o contexto sociocultural e as suas capacidades psicológicas.

OBJETIVO

O objetivo do estudo foi realizar uma análise da auto-estima no quadro de árbitros e árbitros assistentes de futebol profissional do Estado de Santa Catarina.

REFERENCIAL TEÓRICO

O árbitro

A figura do árbitro é necessária em uma partida de futebol, especialmente, nas de competição. É ele o responsável para que as regras do jogo sejam respeitadas, sem prejuízo para os atletas, aplicando-as sem beneficiar jamais o infrator, e deve ainda atuar como cronometrista, acrescentando ao jogo o tempo perdido, conforme recomenda a regra.

O poder do árbitro começa assim que ele é comunicado de sua escalação e vai até o primeiro dia útil após a partida. Qualquer fato que ocorra neste intervalo de tempo deverá ser minuciosamente relatado na súmula do jogo.

Deve-se salientar que existem dois erros que podem prejudicar o desenrolar de uma partida: o erro de direito e o erro de fato. Quando um árbitro comete um erro de direito, o jogo é passível de anulação, pois ele demonstra desconhecimento das regras. Exemplo disso seria anular gol feito direto de um escanteio.

Ao cometer um erro de fato, a partida não será anulada, pois tal erro é visto como erro de interpretação. Um exemplo seria a bola correr toda a linha de gol e não entrar, mas o árbitro dizer que entrou e validar o gol.

Destaque-se que as decisões do árbitro, corretas ou não, jamais poderão ser contestadas, fato este que faz do árbitro o todo-poderoso do futebol. Por esse motivo ele deve estar sempre

bem preparado física, técnica e psicologicamente para cumprir bem as regras do jogo.

Para um melhor entendimento, cabe ressaltar que as atividades de arbitragem são divididas em categorias, de acordo com tempo de atuação e desempenho. Iniciam-se pela categoria amadora e posteriormente chegam à profissional. Podem ainda os árbitros, ao ingressarem nesta segunda área de atuação, se filiarem às ligas e à Federação - o quadro nacional - e até atingir o sonho de qualquer árbitro: fazer parte do quadro internacional, que é o da FIFA, como afirmam House e Ford (1986).

Árbitros assistentes

Para cada partida serão designados dois árbitros assistentes, cuja função será: indicar, sem prejuízo da decisão do árbitro, o momento em que a bola estiver fora de jogo; qual equipe deverá cobrar tiro de canto, de meta ou arremesso lateral; quando um jogador está em impedimento; quando se solicita uma substituição ou a ocorrência de alguma falta ou outro incidente que fique fora do campo visual do árbitro.

Para o bom andamento da partida e conseqüentemente para uma boa arbitragem, é necessário um bom entrosamento entre o árbitro e seus assistentes.

Deve-se salientar que o sinal do assistente é para o árbitro e não para jogadores ou público; quando assinalar alguma ocorrência, deve fazê-lo de modo firme, demonstrando segurança em sua tomada de decisão.

A área de atuação dos árbitros assistentes se concentra nas laterais do campo.

Auto-estima

Abordar o tema auto-estima demanda, nesta pesquisa, buscar na Psicologia, na Educação e em outras áreas de conhecimento um maior entendimento, uma vez que no âmbito da Educação Física poucas são as produções sobre esta temática. Nesse tópico tratar-se-á de algumas definições e conceitos atribuídos à temática da auto-estima, dos componentes que a constituem e de como, na função da arbitragem e, particularmente, do árbitro envolvido nesse contexto, estes conceitos são aplicados.

Branden (2000), numa definição ainda preliminar, utiliza a palavra “confiança” para designar a auto-estima, por ele entendida como a nossa capacidade de pensar; nossa habilidade de enfrentamento dos desafios da vida; nosso direito de vencer e de sermos felizes. Ainda destaca como essência da auto-estima, “a confiança nas próprias idéias e saber-se merecedor da felicidade” (p. 22). Esta convicção/confiança é um fator tanto motivacional quanto de comportamento. Para ele, o nível da auto-estima influencia os atos, e o modo como se age influencia por sua vez, o nível da auto-estima. Entretanto, o nível da auto-estima não é fixado definitivamente na infância. Ele pode ter um crescimento à medida que ocorra um amadurecimento, ou pode deteriorar-se; assim como a auto-estima pode ser mais alta em pessoas de menor idade do que nas de maior e o inverso também pode ocorrer. “A auto-estima pode aumentar e diminuir, e voltar a aumentar ao longo da vida” (p. 57).

Ainda segundo Branden (2000, p. 24),

A auto-estima saudável correlaciona-se com a racionalidade, realismo, intuição, criatividade, independência, flexibilidade, habilidade para lidar com mudanças, disponibilidade para admitir (e corrigir) erros, benevolência e cooperação. A auto-estima baixa correlaciona-se com irracionalidade, cegueira diante da realidade, rigidez, medo do novo e não-familiar, conformismo ou rebeldia impróprios, postura defensiva, comportamento por demais submisso ou supercontrolador e medo dos outros ou hostilidade em relação a eles.

Outro autor que busca estudar a essência da relação entre a inteligência emocional e a auto-estima é Sabbi (1999, p.141), o qual apresenta a seguinte definição:

Auto-estima é o conjunto de crenças que temos e aceitamos como verdade em relação a nós mesmos, nossa capacidade e o que podemos fazer. Inclui a confiança para pensarmos e enfrentarmos os desafios da vida, nossa vontade de crescer e sermos felizes, a integridade pessoal, a sensação de sermos merecedores, dignos,

qualificados para expressarmos nossas necessidades e desejos e desfrutarmos os resultados de nossos esforços [...].

Para Sabbi (1999), há uma série de indícios físicos, emocionais e psicológicos que retratam se a pessoa tem uma auto-estima saudável ou boa, como por exemplo: atitude física relaxada; postura correta e equilibrada; amor próprio; auto-aceitação; segurança; autoconfiança e capacidade de confiar nos outros; determinação em saber o que quer - entre outros. Muitos destes indicadores também foram considerados por Branden (2000), Franciscon (1999), Ramos (1998) e Voli (1998).

Nesse sentido, Nazareno (1997, p. 89), afirma que na atualidade, o maior problema da arbitragem de futebol

Não é como muitos pensam, a incapacidade destes de acompanhar com maior precisão o jogo que se torna cada vez mais veloz e melhor percebido para quem possui a tecnologia (televisiva) para ver, mas, a insegurança e instabilidade emocional causada pelas fortes pressões exercidas no âmbito mais abrangente deste esporte, ou seja, não apenas a partir do que ocorre no interior das quatro linhas do campo de jogo.

Sobre a imagem que convém ao árbitro, Montiel (1998) assinala quatro elementos que considera fundamentais, destacando que a construção da sua imagem se dá no campo de jogos: seriedade, honestidade, respeitosa autoridade e imparcialidade. Para ele, o árbitro não tem o que temer, pois conhece as regras e conta com a confiança dos seus dirigentes; só precisa cumprir o seu trabalho *sem inventar* táticas. Além destes elementos, também não pode querer ser o centro das atenções, pois os artistas, os protagonistas são os jogadores; ou, na linguagem usual da arbitragem, *quanto menos o árbitro aparecer, melhor será o jogo*. O autor exemplifica algumas situações que podem levar o árbitro a jogar por terra todo o seu trabalho durante o jogo:

uma inoportuna ‘piada’ nos corredores dos banheiros, a ingênua cedência aos microfones de qualquer jornalista [...], a incorreção da linguagem em momentos proibidos,

entre outras.

Segundo Zani (1998), desenvolver a auto-imagem é alimentar a certeza de ser capaz de levar uma vida plena e realizada, sem se preocupar com a imagem que deva ser apresentada à sociedade, seja ela uma imagem estimulante, inquietante ou decepcionante.

Um outro autor que analisa a competência e a autoridade do árbitro é Lima (1982, p. 120), que explicita como sendo “a competência que dá fundamento e expressão real à autoridade autêntica”. E competência “não se adquire por um simples e descuidado exercício da função de arbitrar”. Chama a atenção que a competência do árbitro necessita ser ampliada para além do contexto do jogo, indo em busca de perspectivas extraprofissionais que realcem uma visão de si mesmo e de sua vida. Conclui em seu texto que “para promover o progresso da arbitragem há, antes de mais, que dar um grande impulso à valorização humana do árbitro” (LIMA, p. 125).

METODOLOGIA

Caracterização da pesquisa

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de cunho descritivo do tipo exploratória, diagnóstica de campo, a qual segundo Triviños (1987, p. 111), tem por objetivo “descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”.

Sujeitos do estudo

Os sujeitos do estudo foram os árbitros do quadro catarinense que constavam da lista da CBF e que trabalharam no ano de 2001, cuja relação foi anunciada pela comissão de arbitragem nacional, no mês de junho. Deste modo, participaram do estudo 26 árbitros, sendo 08 (oito) do quadro de árbitros e 18 (dezoito) do quadro de árbitros assistentes.

Instrumento de medida

Para o presente estudo, foi utilizado um instrumento de medida para recolhimento de informações que possibilitou a medida de auto-estima dos sujeitos envolvidos.

O instrumento consiste em uma escala denominada Escala de Autoconhecimento,

desenvolvida por Rosenberg (1973). Esta escala compreende 10 questões, distribuídas em 6 itens combinados. O instrumento foi validado por Rosenberg (1973) com índice de 72%, e adequado por Mosquera (1978) para uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, realizando um teste de fidedignidade cujo índice foi de 78%.

Segundo Rosenberg (1973), as questões estão alternadas intencionalmente no que diz respeito às respostas positivas e negativas, para que não influenciem o examinando. As respostas positivas estão em negrito. Para que se possa atribuir um valor numérico para a auto-estima do indivíduo, o instrumento considera as respostas positivas como sendo indicadores de auto-estima baixa.

Os itens do questionário apresentam-se de forma combinada e simples. O item 1 é composto de três perguntas combinadas. Para que este indivíduo some um ponto positivo para este item, é necessário que assinale duas ou três respostas positivas. Contando uma resposta positiva apenas, ou nenhuma, o examinando soma então um ponto negativo para o mesmo item.

Quanto aos itens 2 e 3, estes são compostos por duas questões cada. Para que o indivíduo obtenha um ponto positivo para algum destes itens, é necessário que assinale uma ou duas respostas positivamente, do contrário, recebe um ponto negativo para o item. Os itens 3, 4 e 5 são compostos por uma única questão. Se o indivíduo assinala uma resposta positiva, tem um ponto positivo para o item; e se o indivíduo assinala uma resposta negativa, tem um ponto negativo para o mesmo item.

Após a pontuação dada a cada item é executada a soma dos itens e subseqüentemente, verificado o grau de auto-estima do indivíduo. Conforme o instrumento, se o resultado, - ou seja, a pontuação final, - for positivo, o indivíduo apresenta auto-estima baixa. Quando o resultado for negativo o indivíduo apresentará auto-estima alta.

Para melhor entender e poder classificar de forma didática os resultados, foi criada uma tabela que classifica o grau numérico de auto-estima do indivíduo e relaciona-o com os graus genéricos de auto-estima. Esta classificação pode ser visualizada na tabela 1.

Tabela 1 - Classificação do grau numérico com graus genéricos de auto-estima

Grau numérico de auto-estima	Grau genérico de auto-estima
-6	Excelente
-5 a -4	Alta
-3 a -2	Média/ Alta
-1 a 1	Média
2 a 3	Média/ Baixa
4 a 5	Baixa
6	Péssima

Coleta de dados

A coleta de dados foi feita no mês de julho de 2001, logo após a divulgação da lista oficial dos árbitros que atuaram no campeonato brasileiro de futebol profissional. Justificou-se a escolha do mês de julho pelo fato de a federação se reunir com seu quadro de árbitros antes do início do campeonato brasileiro.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado pelo próprio pesquisador. A data, local e horário foram previamente agendados com os sujeitos. A coleta foi feita coletivamente em uma sala da Embratel de Florianópolis, no dia da Conferência Nacional dos Árbitros, quando todos estavam reunidos, facilitando assim a aplicação.

Tratamento estatístico

Os dados foram trabalhados utilizando-se a estatística descritiva e não-paramétrica, conforme os objetivos específicos, em que para investigar o grau de auto-estima dos árbitros de futebol profissional, utilizou-se a frequência simples.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta parte do trabalho trata da apresentação dos dados e discussão dos resultados obtidos durante a pesquisa. Primeiramente estão expostos os quadros e comentários referentes à caracterização dos árbitros e árbitros assistentes objeto deste estudo.

Sujeito	Sexo	idade	Grau de instrução	Profissão (área de atuação)	Tempo de prática
1	Masc	42	2º grau	Rep. Comercial	13 anos
2	Masc	31	Especialização	Policia militar	7 anos e 8 meses
3	Masc	41	3º grau incompleto	Comerciante	8 anos
4	Masc	33	2º grau	Autônomo	7 anos
5	Masc	32	3º grau	Administrador	5 anos
6	Masc	33	3º grau	Advogado	12 anos e 7 meses
7	Masc	29	3º grau	Professor	5 anos e 6 meses
8	Masc	24	3º grau	Advogado	7 anos e 1 mês

Quadro 1: Caracterização dos árbitros.

De acordo com o quadro 1, nota-se que todos os árbitros são do sexo masculino, fato que ocorre devido à restrita participação feminina na função de árbitro. A média de idade dos árbitros é de 33,1 anos e o tempo de prática médio de 8,3 anos, mostrando que árbitros com pouca vivência de arbitragem têm poucas chances de chegar ao quadro nacional da CBF. Em relação às áreas de atuação profissional, a grande maioria deles são profissionais liberais. Eles têm como o nível mínimo de instrução segundo grau completo (condição obrigatória para integrar o quadro de árbitros), tendo muitos já concluído um curso superior, o que demonstra a preocupação com o crescimento intelectual.

Sujeito	sexo	idade	Grau de instrução	Profissão (área de atuação)	Tempo de prática
1	Fem	31	3º grau	Professor	6 anos e 5 meses
2	Masc	36	3º grau	Eng. Civil	11 anos
3	Masc	40	3º grau	Professor	10 anos
4	Masc	24	3º grau	Func. Público	6 anos
5	Masc	40	Especialização	Professor	12 anos
6	Masc	32	2º grau	Ger. de Produção	7 anos
7	Masc	41	2º grau	Comerciante	13 anos e 5 meses
8	Masc	28	Especialização	Professor	7 anos e 3 meses
9	Masc	33	3º grau incompleto	Func. Público	8 anos
10	Masc	29	Especialização	Advogado	8 anos e 6 meses
11	Masc	33	3º grau incompleto	Professor	5 anos e 8 meses
12	Masc	35	3º grau	Professor	4 anos
13	Masc	34	3º grau incompleto	Func. Público	6 anos e 8 meses
14	Masc	40	2º grau	Comerciante	14 anos
15	Masc	37	3º grau	Policia militar	15 anos
16	Fem	32	2º grau	Comerciante	3 anos e 8 meses
17	Masc	35	3º grau	Policia militar	7 anos
18	Fem	31	3º grau	Bancário	8 anos

Quadro 2 - Caracterização dos árbitros assistentes.

De acordo com o quadro 2, nota-se que nem todos os árbitros assistentes são do sexo masculino, pois existem três do sexo feminino, fato que ocorre devido ao aumento da participação feminina na função de arbitro assistente, em que há uma melhor aceitação de mulheres por parte dos atletas e dirigentes. A média de idade dos árbitros assistentes é de 33,9 anos e tempo de prática médio de 8,6 anos, mostrando que árbitros assistentes, em comparação com os árbitros, têm uma maior média de idade e de prática. Em relação às áreas de atuação profissional, a grande maioria é constituída de profissionais liberais. Eles têm como nível mínimo de instrução o segundo grau completo (condição obrigatória para integrar o quadro de árbitros assistentes), sendo que a

grande maioria deles (doze) concluíram um curso superior, o que demonstra a preocupação com o crescimento intelectual, como acontece com os árbitros.

Deve-se lembrar que o objetivo específico do estudo foi identificar o grau de auto-estima nos árbitros de futebol profissional, motivo por que se passa a discutir os dados.

Sujeito	Percepção de competência	Grau de auto-estima
1	Alto	Alto
2	Alto	Alto
3	Alto	Médio
4	Alto	Alto
5	Alto	Alto
6	Médio	Médio
7	Médio	Alto
8	Alto	Alto
Total	$\frac{3}{4}$	$\frac{1}{4}$

Quadro 3 - Auto-estima e percepção de competência dos árbitros

De acordo com os resultados obtidos, que são mostrados no quadro 3, apenas como exemplo da auto-estima dos árbitros - pois os dos árbitros assistentes são semelhantes -, pode-se, em relação à identificação do grau de auto-estima dos árbitros, verificar que a grande maioria dos sujeitos pesquisados apresenta um alto nível de auto-estima, em face do que afirma Voli, (1998, p. 53), para quem auto-estima é entendida como

apreciação do próprio valor e importância e compromisso do indivíduo em assumir responsabilidades por si mesmo e por suas relações intra e interpessoais.

A função do árbitro requer várias qualidades para o bom desempenho de seu trabalho. Sobre isso, Serpa (*apud* ARAÚJO, 1998, p. 190) afirma:

a associação do bom árbitro se atém: a importância de ser consistente, criterioso em suas decisões, não demonstrar insegurança; manter-se calmo e emocionalmente controlado, não deixando se influenciar por qualquer tipo de pressão; procurar sempre se ater a atitudes positivas, para que situações adversas não o impeçam

de fazer julgamentos de forma justa se apoiando nas regras do jogo.

É importante salientar que o árbitro sofre diversos tipos de pressão, vindos de dirigentes, atletas, torcedores, mídia, entre outros. Estas pressões acarretam algum tipo de instabilidade emocional e que podem contribuir para um mau desempenho dentro de campo.

A função de arbitrar requer um nível de auto-estima alto, diante das diversas e adversas situações que o mesmo necessita enfrentar.

Branden (2000) afirma que dentro de cada pessoa haverá inevitáveis flutuações nos níveis de auto-estima, assim como há flutuações em todos os estados psicológicos. Ao fazer tal afirmação, o autor não vê a auto-estima como um estado final e sim como uma disposição para vivenciar de uma determinada maneira as situações da vida, ou seja, para se iniciar uma atividade com alto grau de responsabilidade, por exemplo.

Em sua forma de ver a auto-estima Branden (2000, p. 50) afirma que “é a disposição para experimentar a si mesmo como alguém competente para lidar com os desafios básicos da vida e ser merecedor da felicidade”.

Constata-se que esse autor não estreita a visão de auto-estima, apesar de não especificar as influências do meio ambiente (segurança e boa alimentação) nem as emocionais (compaixão, abertura para novas experiências). Sua definição apenas diz respeito àquilo que se refere à auto-avaliação e àquilo em que consiste a auto-estima.

Os resultados confirmam as afirmações de Branden (2000), pois a maioria dos árbitros apresenta um elevado nível de auto-estima e a minoria um nível médio, havendo uma busca de sentirem-se com capacidade para lidar com decisões contrárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma auto-estima baixa implica numa enorme diminuição de nossa resistência diante das adversidades, dos problemas surgidos no nosso cotidiano; desmornamos diante de um “muro” que pode ser superado, sobrepujado; sucumbe-se diante de tomadas de decisão; tende-se a ser mais influenciado que

determinado, a ter mais dor que prazer ou alegria. Assim, o valor da auto-estima não está somente em ela permitir à pessoa que se **sinta** melhor, porém em ela possibilitar que se **viva** melhor. Viver, portanto, a auto-estima significa viver confiante em si, em seus enfrentamentos de vida; é acreditar em si, é se ver e se sentir capaz, o que implica numa auto-imagem que traz consigo os seus valores, os seus princípios, os seus conceitos, isto é, sua bagagem cultural, histórica, social de experiências vividas.

Nessa linha de raciocínio, considera-se a **auto-estima como um fenômeno psicológico, o qual, porém, se materializa no ser humano perante as circunstâncias do contexto histórico-social e reflete na percepção e relação deste com o mundo e consigo mesmo.** Não obstante, considerar a auto-estima um fenômeno psicológico não pode significar uma desconsideração do fato de que sua origem e seu desenvolvimento se dão apenas no próprio indivíduo, mas são constituídos, acima de tudo, por uma construção social.

Um resultado significativo surgido desta pesquisa foi o contido nas respostas quanto à afirmação de um nível elevado de auto-estima dos árbitros e à escassez da formação psicológica destes, nos cursos de formação para arbitragem que tiveram. Estas duas respostas levam a pensar que por um lado – **quando afirmam ter uma auto-estima elevada** -, essa auto-estima pode ser compreendida como um fato inerente ao ser humano, algo que está nele e que cabe a ele - unicamente ele - resolver, ou seja, como um problema de ordem pessoal.

Desta forma não considerar a auto-estima como um fenômeno que tem relação com o meio social e cultural, mas como algo que já estava lá, significa o ser humano chamar a si a responsabilidade pelos seus sucessos e fracassos, isto é, responsabilizar-se pelo seu desenvolvimento pessoal, individual, independentemente dos reflexos externos sofridos por esse desenvolvimento; ou então, não refletir a realidade social, econômica e cultural como algo exterior a ele e não como em

um mundo social e um mundo psicológico que devem caminhar juntos em seu movimento.

Por outro lado - **quando árbitros e assistentes afirmam ter uma escassa formação psicológica**-, a auto-estima pode não ser vista, percebida, compreendida por eles como: a) uma possibilidade de conhecimento a ser estudado, refletido no âmbito da psicologia; b) como um fenômeno psicológico que considera a inserção do ser humano em um ambiente social e cultural, por isso uma construção individual do mundo simbólico que é social.

Por fim, o que ficou também evidenciado na pesquisa, através das respostas dos árbitros sobre sua auto-estima, confirmou, especialmente, duas situações que se confirmam pela literatura, embora somente a primeira tenha podido ser avaliada pela investigação empírica:

O grau elevado de auto-estima afirmado pelos árbitros é condição básica e imprescindível para atuar na arbitragem, em geral e especificamente na brasileira, pois se devem levar em consideração todas as situações de opressão e risco apontadas anteriormente.

Como sugestão que se origina deste estudo, está a necessidade de se pensar futuramente numa possível profissionalização do árbitro - por que não? - como a profissionalização do atleta, mas ambas permeadas por uma formação competente técnica, política, comunicativa e humana. Formação técnica enquanto conhecimento dirigido aos instrumentos, às ferramentas necessárias para a sua profissão, isto é, aos *meios*; formação política enquanto conhecimento direcionado para a sua participação social, como cidadão, isto é, *aos fins*; formação comunicativa enquanto conhecimento direcionado para o diálogo, para a linguagem, isto é, *às relações* e por fim, a formação humana, enquanto conhecimento direcionado para o ser humano, para sua subjetividade, sua afetividade, isto é, *aos objetivos*.

Entende-se que a autoridade do árbitro tem que ser considerada, ou melhor, respeitada, pelo seu conhecimento, pela sua competência argumentativa, e não somente pelo espaço ou poder temporário que ele assume no jogo.

SELF-ESTEEM OF PROFESSIONAL SOCCER ARBITRATOR IN THE STATE OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This descriptive research had the objective of presenting an analysis of the self-esteem thematic concerning the soccer referee position, together with an empiric evaluation of the same category, applied on the board of referees and assistant

referees of professional soccer in Santa Catarina. Twenty six subjects, all of them part of the board of CBF (Confederação Brasileira de Futebol), who worked during the 2001 season of Brazilian Championship, were evaluated during the research. One questionnaire containing closed questions about the soccer referee self-esteem was used in the evaluation. The answers showed that both referees and assistant referees present high self-esteem, despite their little knowledge on sport psychology. It was shown that high self-esteem is necessary condition to act as a Brazilian soccer referee.

Key words: Soccer. Self-esteem. Competence. Arbitration.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, D. **Manual do árbitro**. Lisboa: Cefd, 1998.
- BRANDEN, B. **Auto estima e os seus seis pilares**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Caderno de regras**. 8. ed. Rio de Janeiro: Parma, 1997.
- FRANCISCON, M. **Futebol, regras e legislação**. 13. ed. São Paulo: Prol, 1999.
- HOUSE, S.; FORD, D. **The history of the laws association football**. Hitzigweg: FIFA, 1986.
- KUNZ, E. Esporte na Perspectiva do rendimento. In:____ **Diretrizes Curriculares para a Educação Física no ensino fundamental e na educação infantil da rede municipal de Florianópolis, SC**. Ijuí: Sedigraf, 1996.
- LIMA, T. **Fora o Árbitro**. Lisboa: Sarl, 1982.
- MONTIEL, A. **A arbitragem e o futebol profissional**. Lisboa: Horizonte, 1998
- MOSQUERA, J. J. M. **Vida adulta: personalidade e desenvolvimento**. Porto alegre: Sulina, 1978.
- NAZARENO, A. **Fundamentos de arbitragem de futebol**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- RAMOS, J. Autoconfiança. In: SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO. **Manual do árbitro: centro de estudos e formação desportiva**, Lisboa, 1998.
- ROSENBERG, M. **La auto imagem del adolescente y la sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1973.
- SABBI, D. **Sinto, logo existo**. Porto Alegre: Alcance, 1999.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VOLI, F. **A auto-estima do professor**. Madrid: Editorial y Distribuidora, 1998.
- ZANI, R. **Beleza & auto-estima**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Recebido em outubro de 2002
Revisado em novembro de 2002
Aceito em dezembro de 2002

Endereço para correspondência: Viktor Shigunov, Rod. Admar Gonzaga, 1790, 304 A, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. CEP. 88034-000. ou Renildo Nunes- E-mail: renildonunes@uol.com.br